JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 497 – Brasília, sexta-feira, 4 de julho de 1997

Senadores tentam traçar o caminho das reformas

Em discursos no plenário, Ramez Tebet sugere pacto federativo, Josaphat Marinho critica empresários, Valmir Campelo pede empenho na votação, Lúcio Alcântara rejeita pressões e José Alves defende paridade entre servidores ativos e inativos

Três comissões ouviram Sérgio Motta defender a proposta da Lei Geral das Telecomunicações, em tramitação no Senado

O debate sobre os rumos e a urgência das reformas constitucionais mobilizou ontem o plenário do Senado. Enquanto Ramez Tebet propôs a formação de um pacto federativo, Josaphat Marinho criticou os empresários que, segundo ele, se esquecem de que o mais importante é a mudança tributária. Já Valmir Campelo pediu apoio dos parlamentares à votação das propostas em tramitação. Lúcio Alcântara disse que o Congresso não pode aceitar coação e José Alves defendeu a paridade entre ativos e inativos. **Páginas 4, 5 e 6**

Motta: lei das teles gera 40 bi

Em exposição a três comissões do Senado, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, afirmou ontem que a Lei Geral das Telecomunicações possibilitará a apuração de US$ 40 bilhões para o Tesouro Nacional em negócios no setor. Posição diferente foi manifestada pelo advogado Gaspar Vianna, para quem a proposta não foi suficientemente discutida e atende a objetivos de grupos internacionais. O deputado Alberto Goldman, relator da matéria na Câmara, disse que os debates na comissão especial duraram quatro meses. **Página 6**

Antonio Carlos e Edmundo Jarquin debatem projeto de informática

Três visões sobre as mudanças no campo

Se para Coutinho Jorge o Pará mostra como viabilizar a reforma agrária, Carlos Bezerra reconhece avanços no processo e Eduardo Suplicy informa que o governo retomou o diálogo com o "Grito da Terra". **Página 7**

ACM estuda com o BID informação para municípios

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o diretor do BID, Edmundo Jarquin, e o representante da instituição no Brasil, Jorge Elena, com os quais debateu o financiamento de um projeto de informática destinado a ligar municípios aos bancos de dados do Congresso Nacional. **Página 2**

Grampo nos telefones de Arruda

A Polícia Federal informou a José Roberto Arruda que seus telefones foram grampeados por uma agência de detetives. **Pág. 3**

Cidades brasileiras deverão ter acesso imediato a informações sobre as atividades do Congresso. Para tratar do assunto, o presidente Antonio Carlos recebeu, ontem, o diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Edmundo Jarquin

BID pode financiar apoio do Senado a municípios

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Edmundo Jarquin, acompanhado do representante da instituição no país, Jorge Elena. O tema do encontro foi um projeto de informática que, a partir de 98, poderá ligar um número crescente de municípios brasileiros diretamente aos bancos de dados do Congresso Nacional, facilitando as consultas sobre o andamento de projetos de lei e as votações, os trabalhos parlamentares e debates do Legislativo.

O custo estimado do projeto é de 35 milhões de dólares e o BID financiaria 50 por cento desse montante, informou Elena. Após os contatos iniciais entre as áreas técnicas do Senado e a representação do BID no país, o amadurecimento do projeto trouxe de Washington o diretor Edmundo Jarquin para a audiência com o senador Antonio Carlos Magalhães.

Jorge Elena informou que, brevemente, uma missão técnica do banco chegará a Brasília para detalhar a proposta e o alcance do programa junto aos técnicos do Prodasen.

Na evolução dos estudos será possível definir se a democratização do acesso às informações geradas no Legislativo será restrita ao Senado ou poderá também incluir a Câmara dos Deputados.

Pesar pela morte de Ferreira

Por requerimento encabeçado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o plenário aprovou ontem moção de pesar pela morte do ex-deputado e ex-ministro baiano Antônio Ferreira de Oliveira Brito.

- Ferreira Brito foi uma das figuras de maior destaque a seu tempo, que soube honrar o Congresso e a Bahia. Ele foi uma vítima das injustiças cometidas em 1968 pela Junta Militar - disse ACM.

Josaphat Marinho (PFL-BA) e Humberto Lucena (PMDB-PB) associaram-se às homenagens.

FMI ganha mais flexibilidade de ação

O plenário do Senado aprovou ontem mudança no texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional que permitirá à instituição atuar com maior flexibilidade quando algum país atrasar o pagamento de empréstimos àquela instituição.

A mudança foi decidida em janeiro de 92 pelos ministros de Fazenda que integram o FMI, mas só agora vem sendo aprovada pelos respectivos governos.

Foi ainda aprovado, em plenário, acordo de seguridade social firmado em junho de 95 entre o governo brasileiro e a Itália.

Também recebeu aprovação dos senadores um acordo de cooperação científica e tecnológica celebrado entre o Brasil e o governo da Malásia, em janeiro do ano passado.

ACM quer ampliar sessões deliberativas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem ao plenário que, se preciso, convocará sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras, durante o período de trabalho extraordinário, para votar as matérias previstas para este mês.

- Sendo uma convocação extraordinária, não pode haver tolerância com os faltosos - afirmou, durante a sessão de ontem, quando estavam presentes à Casa 71 dos 81 senadores.

Antonio Carlos convocou sessão do Congresso para as 15h da próxima terça-feira.

Antonio Carlos: cumprir a pauta

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (07.07.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (08.07.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: ***PLC nº 71/96**, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual.

COMISSÕES

Terça-feira (08.07.97)

10h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 24/97 (não terminativo)**, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 71/96 (não terminativo)**, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 6/97 (não terminativo)**, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; ***Ofício "S" nº 33/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 1 milhão, 795 mil, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradas; ***Ofício "S" nº 34/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais e para que possa contratar operação de crédito no valor de R$ 23 milhões, 891 mil, cujos recursos serão destinados à assunção de débitos de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS; e ***Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo)**, que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Relatório a que só a Telebrasília teria acesso é encontrado em agência de detetives com a listagem de ligações do senador, líder do governo. Polícia Federal foi acionada pelo ministro da Justiça e Romeu Tuma se ofereceu para acompanhar o caso

Arruda denuncia escuta telefônica

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, comunicou ontem ao plenário ter recebido informação da Polícia Federal de que seu telefone celular foi *grampeado* por uma agência de detetives. A polícia informou ao senador que apreendeu material da escuta clandestina quando investigava a atuação de agências de detetives e uma pessoa já está detida.

- A Polícia Federal parece ter encontrado indícios de investigação de caráter político ilícito. O material apreendido mostra que houve também espionagem de outras autoridades, inclusive do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Rafael de Barros Monteiro Filho - disse.

José Roberto Arruda afirmou ainda ter recebido informação de que um relatório reservado da Telebrasília - ao qual só a empresa tem acesso - foi encontrado numa dessas agências de detetives, "o que também caracteriza uma ação criminosa". Conforme o senador, alguns telefones da listagem estavam anotados, especialmente os números dos telefones de seus filhos.

Arruda: "grampo ilegal"

A Polícia Federal fez uma varredura na Central Telefônica do Senado, informou Arruda, depois de autorizada pelo presidente Antonio Carlos Magalhães. O ministro da Justiça conversou com Arruda e garantiu que as investigações da Polícia Federal estão bastante adiantadas. O senador espera documentos do DPF para entrar na Justiça contra os responsáveis.

- Estou certo de que a Polícia Federal chegará não apenas aos detetives, aos técnicos, mas principalmente aos responsáveis, aos mandantes desse crime - observou.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou "intolerável que existam agências de detetives" e exigiu do governo federal "uma ação rápida para que esse tipo de investigação particular desapareça do país". Assim que soube do *grampo*, Antonio Carlos pediu providências ao ministro da Justiça e à Polícia Federal para elucidar o caso com rapidez. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, propôs acompanhar o caso junto à Polícia Federal.

Abdias sugere penas alternativas

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) defendeu ontem a adoção de penas alternativas para cerca de 45 mil presos (um terço da população carcerária do país) que praticaram crimes sem violência. Na sua opinião, os benefícios seriam significativos, tanto em relação ao sistema penitenciário quanto ao condenado, reduzindo os custos operacionais e impedindo que indivíduos que praticaram delitos leves tenham de conviver com outros de alta periculosidade.

"O abuso de autoridade, a corrupção, a tortura e a própria criminalidade interna são fatores mais que conhecidos das autoridades e constituem as principais causas das rebeliões". A seu ver, proliferação de doenças como a Aids também faz parte da rotina das casas de detenção. "Quando um preso consegue escapar da morte e recuperar a liberdade, leva consigo uma capacidade incontrolável de contaminação", observou.

Abdias quer aprimorar sistema

- Considerando que as rebeliões nos presidíos têm sido a única forma de os apenados chamarem a atenção das autoridades e da sociedade, e ainda que existe um déficit de 80 mil vagas no sistema penitenciário, é mais do que evidente que estamos diante de uma iminente tragédia", alertou Abdias Nascimento.

Marina registra desculpas do presidente do Ibama

A senadora Marina Silva (PT-AC) deu ontem conhecimento ao plenário de ofício que recebeu do presidente do Ibama, Eduardo Martins, retratando-se dos termos em que se referiu a ela em entrevista concedida à revista *Veja*. Conforme foi publicado, Martins afirmou que Marina, em troca de voto, mudou de posição sobre o embargo das obras de construção da BR-364, no Acre.

Marina: retratação em carta

Marina disse que divulgava o documento por dever ético e em agradecimento à solidariedade que recebeu dos senadores, "particularmente do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que, em defesa da instituição e de minha honra, solidarizou-se comigo".

No ofício lido pela senadora, Eduardo Martins afirma ter dado a entrevista "num contexto de desabafo, sob enorme pressão de acusações injustas" que lhe foram feitas. Conforme afirma, até aquele momento, não tinha "encontrado sequer uma oportunidade de resposta, apesar da intensa busca da imprensa".

Quanto ao embargo, Martins afirmou que se referiu a ele como exemplo, para "demonstrar que o gestor público da área ambiental fica, muitas vezes, solitário com suas decisões", e que o inteiro teor do ofício foi remetido também à redação da revista, para publicação.

Marina comentou que, infelizmente, pouco pode ajudar o presidente do Ibama em relação à sua solidão e isolamento, pois esse é um problema que o próprio governo tem que resolver.

Sobre o isolamento em relação aos movimentos sociais e aos políticos, a senadora afirmou que tem "interesse total" em construir uma parceria com o governo em prol da definição de uma política ambiental que caminhe lado a lado com um desenvolvimento econômico sustentável. A título de proposta para reflexão, ela observou que, "talvez pela ânsia de autoria", o governo tenha se isolado dos movimentos sociais.

Maldaner comemora decisão da Assembléia

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem apoio aos deputados estaduais de Santa Catarina que quarta-feira rejeitaram a abertura de processo de cassação do mandato do vice-governador. Para o senador, "os deputados não quiseram conspurcar suas consciências".

Maldaner: STF agiu na hora

Maldaner disse que os parlamentares do PFL, submetidos à determinação da direção partidária de que "o governador e o vice deveriam ser decapitados", retiraram-se do plenário.

A decisão, a seu ver, encerra "a novela em relação ao vice". Quanto ao governador Paulo Afonso, o senador afirmou que "estava montado um circo para crucificá-lo, mas o Supremo Tribunal Federal, na hora em que seria praticado o crime, determinou sua suspensão".

Infelizmente, conforme registrou, dois deputados do PSDB romperam com suas bases e votaram pela cassação. Maldaner frisou que, em relação a estes, solicitou ao presidente nacional do partido intervenção no diretório catarinense.

REFORMAS

Enquanto Tebet alerta que efeitos das reformas são de longo prazo e o Brasil precisa de remédios urgentes para salvar a Federação, Valmir considera as mudanças fundamentais para a estabilidade. Alves quer manter paridade de ganhos entre servidores ativos e inativos

Ramez Tebet propõe pacto federativo

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) propôs ontem a formação de um pacto federativo, envolvendo o presidente da República, os governadores e as principais lideranças do país, objetivando encontrar soluções que possam fortalecer a Federação e trazer benefícios imediatos ao povo brasileiro.

- Fernando Henrique Cardoso tem dado demonstração de que quer acertar, quer conduzir o país a um porto seguro. Que ele ouça nosso apelo, chamando governadores, as principais lideranças do Congresso Nacional, para que se encontrem soluções emergenciais. É melhor prevenir do que remediar.

Ramez Tebet disse que as propostas de reformas constitucionais, que se encontram em análise no Congresso, são absolutamente necessárias. No entanto, a seu ver, terão efeito a longo prazo e o país precisa de remédios mais urgentes para salvar a Federação, os estados e municípios, que enfrentam graves problemas financeiros.

Ramez Tebet sugere "reordenar" a Federação

O senador lembrou a paralisação dos policiais de Minas Gerais e a possível greve dos policiais do Pará, destacando que os servidores civis e militares também reclamam reajustes salariais. Esses fatos, segundo o senador, "exigem a soma de esforços, a união e o desprendimento, e para que isso aconteça é necessária a vontade de reordenar a federação brasileira".

Em aparte, o senador Levy Dias (PPB-MS) disse que o problema do país não é de dinheiro, mas de gerência. Assinalou que leis como a do Fundo de Estabilização Fiscal e a Kandir, que isenta de ICMS as exportações, acabam "arrebentando nas costas dos estados". Para Levy Dias, "tem-se feito muita festa com o chapéu dos outros".

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) elogiou o discurso de Ramez Tebet, ressaltando o esforço do Congresso para oferecer ao país as medidas legislativas adequadas.

Alves: ativos e inativos, iguais

José Alves defende a paridade

A manutenção da paridade entre a remuneração dos ativos e os proventos dos inativos foi defendida ontem pelo senador José Alves (PFL-SE). A seu ver, a paridade foi um direito sacramentado na Constituição de 1988 para corrigir uma história de defasagens nos valores dos proventos, que ocorriam nos períodos inflacionários, onde as reposições não eram equivalentes às perdas.

- Desvincular a remuneração dos ativos dos proventos dos inativos de cargos correspondentes, indiscutivelmente, resultará em uma grande perda futura aos aposentados, especialmente nos casos em que o cargo for extinto na atividade, em que os seus rendimentos, por falta de referência, perderão o rumo. Em função da aprovação da reforma previdenciária como se pretende, isso tende fatalmente a ocorrer, devido à própria evolução do sistema administrativo e à conseqüente adaptação da nomenclatura dos referidos cargos - afirmou.

Para José Alves, a salvação da Previdência depende unicamente da força política para acabar com os desmandos vergonhosos que existem desde a sua criação.

Valmir exaltou sucesso do Real

Valmir pede empenho de parlamentares

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) dirigiu ontem apelo aos parlamentares de "todas as tendências" para que se empenhem na aprovação das reformas em tramitação no Congresso, "porque elas são fundamentais para a consolidação da estabilidade econômica do país". Na mesma ocasião, o senador felicitou o governo do presidente Fernando Henrique "pelos três anos de sucesso do Plano Real".

- O povo brasileiro clama por essas reformas e almeja chegar ao terceiro milênio com um país sem inflação, com moeda estável e plenamente integrado à nova ordem econômica advinda do processo de globalização - disse.

Para Valmir, o aniversário do Real representa não apenas um período de sucesso e de esperança, mas três anos de transformações econômicas e de profundas alterações nos hábitos dos brasileiros.

- A consolidação da nova moeda passa, agora, pelas reformas, que representam o grande desafio a ser vencido. Elas são fundamentais para a preservação da confiança da população no Plano Real - concluiu.

Presidente da TAM apóia esforço pela modernização

O presidente da empresa aérea TAM, comandante Rolim Adolfo Amaro, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para transmitir seu apoio "às ações em prol de um Brasil moderno e de um setor público mais eficiente, conforme vem pregando o senador Antonio Carlos".

Antonio Carlos recebe o comandante Rolim Amaro, da empresa aérea TAM

O empresário veio a Brasília para participar de sessão da Câmara em homenagem à TAM, em virtude da expansão da empresa, seu desempenho no mercado da aviação civil brasileira e a busca de interiorização de suas atividades.

REFORMAS

Campanha para enfraquecer o Congresso é denunciada por Josaphat Marinho, que acusa classe empresarial de divulgar fatos distorcidos. Lúcio Alcântara garante que Legislativo decidirá com a independência e o senso de responsabilidade de cada um de seus integrantes

Josaphat condena "pressão" de empresários

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) criticou ontem os empresários por pressionarem, a seu ver, o Legislativo pela aprovação das reformas administrativa e previdenciária, esquecendo que mais importante é a reforma tributária, na opinião do senador, essencial para o equilíbrio da Federação. Em aparte, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lembrou as significativas emendas constitucionais votadas em 1995 e 1996.

Josaphat referia-se a texto promocional publicado pela classe empresarial, segundo o qual, com a aprovação das reformas administrativa e previdenciária, o Brasil teria mais emprego, saúde e educação. "Trata-se de uma campanha que tenta execrar e enfraquecer o Congresso Nacional", analisou.

O senador disse que ficou surpreso com o apoio do presidente da República a esse clamor empresarial, pois Fernando Henrique Cardoso teria dito que, ou se fazem as reformas, ou ele não terá mais como avançar. "Com o devido respeito ao chefe da nação, não é essa sua convicção", observou o senador, lembrando entrevista publicada na revista *Veja*, em que o presidente dizia que as reformas só são importantes para a organização do Estado a longo prazo.

Josaphat: surpreso com FHC

Josaphat Marinho disse que a colaboração dos empresários seria bem-vinda se eles tivessem trazido suas idéias ao Parlamento, que é o foro próprio para a discussão de mudanças constitucionais. Ele considerou um desrespeito os empresários se manifestarem pelos jornais, com uma mensagem distorcida para a opinião pública.

- Trata-se de uma inverdade. Eles não estão preocupados com educação, saúde e emprego, mas com melhores condições de desenvolverem sua atividade empresarial.

Para Josaphat Marinho, é uma inverdade os empresários dizerem que a aprovação das reformas administrativa e previdenciária resultará na criação de 1,8 milhão de empregos. "Esses empresários sabem que isso não é verdade. As medidas que propiciam desenvolvimento econômico e maior aproveitamento de mão-de-obra já foram aprovadas há mais de dois anos", argumentou.

Ele também questionou por que, depois de aprovadas as emendas destinadas a abrir a economia brasileira, o país não viu o aumento das taxas de emprego, mas, pelo contrário, só sua diminuição. "Assumam esses empresários suas responsabilidades como estamos assumindo a nossa de votar o que parece mais adequado para a nação", conclamou o senador. E prosseguiu:

- Não venham eles dizer que o desenvolvimento econômico depende das reformas administrativa e previdenciária, porque elas têm repercussão limitada na ordem econômico-financeira.

O senador também disse que, ao deter-se na discussão dessas emendas, o Legislativo não está defendendo interesses corporativos, nem mantendo as reformas guardadas em gavetas. "O que estamos é preservando a ordem jurídica, para que não se diga amanhã que o Congresso esqueceu os mais fracos para beneficiar os poderosos", observou.

Disse também que se há uma reforma inadiável, mas pela qual os empresários não têm pressa, é a tributária. E explicou que essa reforma, sim, seria capaz de reduzir os impostos e democratizar a aplicação deles.

Serra: "Um mau começo"

José Serra discorda da extinção dos dois turnos

Lembrando que a comissão do Senado que estuda a reforma política aprovou uma alteração que extingue os dois turnos nas eleições de governadores e prefeitos, o senador José Serra (PSDB-SP) manifestou ontem sua discordância, dizendo que essa idéia "representa um mau começo para a comissão e uma péssima sinalização a respeito do seu caráter efetivamente reformista".

- De fato, os dois turnos foram talvez a única inovação positiva da Constituição de 1988 em matéria política. Nesta área, infelizmente, a nova Carta só fez piorar ou confirmar o que o sistema político e eleitoral brasileiro tinha de pior - afirmou o senador.

Como exemplo, ele disse que a nova Constituição manteve o presidencialismo, o voto obrigatório, o voto proporcional para deputados e vereadores, permitindo a pulverização partidária e ampliando as desproporções nas representações dos estados. Para o senador, "o problema não reside na existência de um ou dois turnos, mas na legislação partidária existente".

Lúcio Alcântara não admite coação

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que o resultado das propostas de reformas constitucionais jamais irá agradar a todos. O Congresso, a seu ver, deverá decidir "com independência, com liberdade e, sobretudo, com o grave senso de responsabilidade que tem cada um de seus integrantes", acentuou.

- Tenho a certeza de que a reforma dos empresários não é a mesma que querem os trabalhadores. Tenho certeza de que a reforma que deseja o governo não é exatamente a mesma que querem os funcionários públicos. Toda essa movimentação em torno das reformas é muito dúbia. Cada qual quer a sua reforma ou a reforma que ele acha que convém aos seus interesses - afirmou.

Lúcio Alcântara disse que "nenhum parlamentar pode aceitar, de maneira alguma, qualquer tipo de coação", para acrescentar que "é preciso que seja preservada essa independência do Congresso para decidir soberanamente".

Ele lembrou que, a exemplo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou proposta prevendo uma revisão constitucional, só que a cada cinco anos, nos moldes da Constituição portuguesa.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) ressaltou as dificuldades que tem o Congresso para realizar reformas como, por exemplo, a tributária, no contexto das dimensões do território nacional.

Lúcio Alcântara: Congresso é que decidirá

REFORMAS

"Os países que perderem a corrida pelo controle tecnológico das comunicações correm o risco de perder posição no redesenho do mundo", advertiu o ministro durante debate promovido por comissões do Senado. Projeto brasileiro para o setor deve ser concluído em quatro ou cinco anos

Motta prevê investimento de US$ 40 bi com a LGT

Em exposição às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, afirmou ontem que a aprovação da Lei Geral das Telecomunicações abrirá a possibilidade de apuração de aproximadamente US$ 40 bilhões para o Tesouro Nacional, em negócios na área de comunicações: "Se somarmos os setores elétrico e de transportes, estaremos falando em algo em torno de US$ 100 bilhões".

Entre senadores das três comissões e o presidente do Senado, o ministro fez extensa exposição em defesa da lei proposta pelo Executivo

Sérgio Motta disse que a lei foi feita com extrema cautela e garante competição, universalidade de acesso aos serviços, cláusulas sociais, controle total dos recursos da União, modelo de privatização transparente, preservação do poder da União em áreas estratégicas e acesso dos competidores à infra-estrutura básica.

O ministro defendeu a necessidade de uma Agência Nacional das Telecomunicações forte, e que a lei tem de ser rigorosa na regulamentação da matéria, e que sua aprovação assegura todas as condições para um novo modelo institucional de telecomunicações.

O ministro considerou que o projeto da LGT talvez seja o mais importante do país, o maior em investimentos: "Já geramos 700 mil empregos só com esses investimentos".

Sérgio Motta advertiu que os países que perderem a corrida pelo controle tecnológico das comunicações correm o risco de perder posição no redesenho do mundo. Disse também que o projeto brasileiro é concebido para ser concluído em quatro ou cinco anos e se apóia nas experiências de outros países. Motta falou sobre a modernização dos serviços postais, a reestruturação das telecomunicações e sobre o programa de investimentos.

Durante os debates, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que o governo tem estratégias diferentes para o setor de petróleo e para o de telecomunicações - comprometeu-se a não privatizar a Petrobrás, no primeiro caso, e enviou lei autorizando a privatização da Embratel, no segundo. Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu a necessidade de o Senado ter presença na exoneração do presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, e não apenas em sua indicação. Também debateram a matéria os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Lauro Campos (PT-DF).

Comissão ouve pontos de vista divergentes

O advogado Gaspar Vianna, especializado em legislação de telecomunicações, um dos depoentes durante a reunião das comissões do Senado, alertou que o projeto da Lei Geral das Telecomunicações concentra demasiado poder nas mãos do ministro das Comunicações tanto no processo de privatização quanto no de transição. A seu ver, também não assegura explicitamente a data de criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANT), que será o órgão regulador do setor, caso o Senado aprove a proposta.

Vianna considerou também um erro a não-exigência, nas futuras concessões, dos *cadernos de encargos* adotados pelos mercados mais avançados de telecomunicações na área privada internacional, cuja função é a de assegurar, entre outras obrigações sociais em regiões mais carentes, preços mais baixos dos serviços.

O deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), relator da proposta na Câmara dos Deputados, lembrou que a matéria foi discutida em comissão especial formada de deputados durante quatro meses, o que "possibilitou uma clara definição das atribuições do Estado e da iniciativa privada no sistema de telecomunicações".

O principal ponto da LGT, conforme disse, é o papel atribuído à Agência Nacional das Telecomunicações, que, diferentemente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que age como órgão corretivo, "terá função preventiva". A agência adotará o princípio da "liberdade vigiada" para evitar tanto os abusos em relação ao monopólio quanto nas cobranças de tarifas, salientou.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que não se sente convicto quanto à possibilidade de o projeto se adequar à realidade nacional e, juntamente com o senador Roberto Freire (PPS-PE), defendeu a obrigatoriedade de o Senado analisar a demissão dos futuros ocupantes de cargos em comissão da Agência.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber de Alberto Goldman qual será a destinação de recursos provenientes da privatização do setor, e recebeu a resposta de que somente na Execução Orçamentária isso poderá ser respondido.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que deu parecer favorável ao projeto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, disse que o debate atendia às expectativas dos senadores, que ouviram opiniões diferentes dos expositores e assim puderam tirar conclusões a respeito da proposta.

REFORMA AGRÁRIA

Coutinho aponta sul do Pará como exemplo de mudança

Iniciativas do ministro e do presidente do Incra no estado assentaram 10 mil famílias e incluem 26 prefeituras na viabilização da infra-estrutura necessária ao êxito dos empreendimentos

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem que o processo de reforma agrária no país "tem agora, no sul do Pará, um exemplo de como ele pode ser viabilizado". Com linhas gerais definidas pelo governo federal, concessão de recursos diretamente aos estados e municípios e a participação dos movimentos de trabalhadores rurais, 33 imóveis foram desapropriados no sul do estado nos últimos oito meses, para o assentamento de 10 mil famílias, num total de 300 mil hectares, informou o senador.

Coutinho Jorge: entusiasmo

Coutinho elogiou a atuação do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e do novo presidente do Incra, Milton Seligman, que no último fim de semana foram à região e visitaram Marabá, Conceição do Araguaia e Tucuruí. O ministro anunciou a desapropriação de mais 79 mil hectares para o assentamento de mais 6.300 famílias, e assinou convênios com 26 prefeituras, relatou o senador.

Pelos convênios, as prefeituras assumirão a responsabilidade por estradas vicinais, eletrificação rural, postos de saúde e escolas. Além disto, as obras ficarão pela metade do custo histórico despendido pelo Incra.

A presença do ministro na região, conforme o senador, mostrou que os sem-terra "estão conscientes de que o diálogo é mais consistente que ações irresponsáveis" e, por outro lado, que o Ministério da Reforma Agrária e o Incra desenharam propostas realistas, com ações concretas e viáveis.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) salientou a importância das soluções para os conflitos de terra no sul do Pará, região que sempre se caracterizou pela violência de suas relações sociais no campo.

Bezerra é contra o "labirinto burocrático"

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) considerou equivocadas as resistências e dúvidas que surgem contra a reforma agrária, sustentando que ela tem que ocorrer nos termos da Constituição federal, que são o uso produtivo da terra e a indenização aos desapropriados.

"A recente medida provisória baixada pelo governo para o setor veio combater pontos de estrangulamento e distorções que solapavam o processo da reforma agrária", acentuou. Ele disse que um dos pontos positivos da medida provisória é o que procura vincular o valor da avaliação da propriedade ao seu valor de mercado, evitando superavaliações.

Carlos Bezerra sustentou que o grande inimigo da reforma agrária não é a fraude, mas sim o labirinto burocrático que se constrói em torno dela. O senador entende que a fonte geradora destas dificuldades é a ação jurídica do Incra, que tem prejudicado o interesse público, ao alimentar os mecanismos viciados de protelação, de adiamento e de procrastinação que marcam o processo.

- O país ignora o quanto isso lhe tem custado. A indústria de recursos mantida pelo Incra só faz alimentar a indústria protelatória, que castiga a reforma agrária e que tem um preço enorme. O passivo de indenizações devidas pelo instituto é hoje de R$ 4 bilhões, quando poderia ser dez vezes menor.

Recursos jurídicos desagradam Bezerra

Novas conversas entre governo e instituições ligadas à terra são "um avanço", segundo o senador

Suplicy incentiva retomada do diálogo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o governo retomou ontem o diálogo com os trabalhadores do "Grito da Terra", promovendo uma grande reunião, em Brasília, entre vários ministros e dirigentes de instituições ligadas à terra. "Foi um avanço, um novo passo que, esperamos, dê bons resultados", afirmou o senador, que participou do encontro.

Suplicy fez uma longa análise das legislações sobre reforma agrária baixadas pelo governo no dia 12 de junho. Para ele, as mudanças nos critérios de vistoria em imóvel destinado à reforma agrária não autorizam a ênfase "com que o governo vem alardeando" junto à opinião pública a ação moralizadora e agilizadora das mesmas.

Na opinião do senador, "na verdade o governo quis mesmo foi arrecadar mais sobre terras improdutivas, ficando os aspectos da moralidade e da ética em plano secundário". As mudanças administrativas e judiciais na desapropriação, a seu ver, "devem-se a imperativos da crise fiscal que a União atravessa". Conforme Eduardo Suplicy, o governo tem de pagar, só em precatórios na área agrária, cerca de R$ 4 bilhões.

Jonas: "bolsões de endividamento"

Jonas acusa governo de falhar com produtores

Encerrou-se quarta-feira o prazo para que os agentes financeiros formalizassem os processos de securitização das dívidas agrícolas de até R$ 200 mil, informou ontem o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Com isso, frisou, sacramentou-se uma situação sem que o governo federal tenha cumprido outra parte do acordo que resultou das negociações com a Frente Parlamentar da Agricultura, no ano passado: a revisão dos cálculos das dívidas superiores a R$ 200 mil.

- O governo federal, quando da formalização do acordo, assumiu o compromisso formal de dar tratamento diferenciado aos produtores rurais dos "bolsões de endividamento", o que até o momento não foi cumprido - disse.

Tal omissão, na sua opinião, é extremamente grave e desgasta o governo federal, "que rompe um acordo firmado e desgasta os parlamentares e as entidades representativas dos produtores, que endossaram as promessas do governo federal".

Como explicou o senador, esses "bolsões" estão principalmente em Mato Grosso, e são conseqüência do sistema de produção da região, "que privilegia propriedades maiores, com níveis de endividamento mais altos". O alongamento das dívidas desses produtores foi feito em condições que ele considera impagáveis, "já que os agentes financeiros aplicaram sobre as parcelas excedentes ao limite de R$ 200 mil o índice de remuneração básica da poupança, que corresponde à TR, mais juros de 12 a 16% ao ano".

Marluce Pinto

Marluce propõe comissão no Senado para a Amazônia

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresentou ontem projeto de resolução que cria, no Senado, a Comissão Permanente da Amazônia, a ser integrada por 15 membros titulares e igual número de suplentes. "Não são raras as manifestações além de nossas fronteiras, que anseiam a Amazônia como patrimônio mundial, mas antes de ser parte do planeta, ela a nós pertence e a nós cabe dela cuidar", disse.

- O potencial que aflora à terra e os mananciais de riquezas no subsolo amazônico, até hoje não totalmente conhecidos, e que despertam a cobiça mundial, mais que justificam a criação de uma comissão permanente no Senado para dedicação exclusiva à região que, há muito tempo, deixou de ser uma preocupação interna para se transformar em interesse internacional - disse.

Pela proposição de Marluce, à comissão competiria opinar sobre matérias referentes a fronteiras, limites, presença militar, sociedades indígenas da Amazônia, além de relações com os demais países amazônicos. Caberia também à comissão fiscalizar as ações governamentais na região, elaborar estudos para o desenvolvimento da Amazônia, avaliar a eficácia da política de ocupação e do uso de recursos naturais da região e acompanhar a implantação de projetos econômicos e sociais na Amazônia.

Senador destaca iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de estabelecer uma rede rodo-hidroferroviária para o transporte da produção agrícola dos cerrados

Romeu Tuma defende sistema multimodal de transportes

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou ontem que o estabelecimento de uma rede rodo-hidroferroviária para o transporte da produção agrícola do Cerrado é o caminho que o Brasil deve seguir para se transformar num dos maiores fornecedores de alimentos do mundo.

Tuma: nova dimensão ao desenvolvimento

A realização desse "grandioso projeto", conforme destacou, está entre as principais ações do governo, e foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique na abertura da Conferência Internacional para a Integração e Desenvolvimento, ocorrida terça-feira (dia 1º) em São Paulo.

- A concepção desse sistema de transporte, que utiliza as modalidades rodoviária, ferroviária e hidroviária, está sendo chamada de sistema multimodal e integrará uma rede intra-regional abrangendo todo o território nacional, compondo um Sistema Nacional Básico de Transporte (SNBT) - explicou.

Para Romeu Tuma, o sistema servirá não só como estímulo ao progresso de várias regiões como também para estabelecer nova dimensão no desenvolvimento do país. A propósito, ele destacou o aproveitamento da potencialidade agrícola do cerrado brasileiro, que compreende os estados de Tocantins, Maranhão, Piauí, Pará, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A duplicação de rodovias e a retomada das obras em portos, como os de Sepetiba (RJ) e de Suape (PE), estão entre as grandes metas do governo, e que fazem parte do sistema multimodal, salientou. "A ligação desses grandes eixos vai gerar a implantação de uma superestrutura de transportes que será um estímulo à produtividade e ao desenvolvimento e fator inequívoco de progresso e segurança nacionais", frisou.

O senador leu trecho do discurso proferido por Fernando Henrique, em São Paulo, e pediu sua transcrição nos Anais da Casa.

Tuma disse que, ao contrário do que a imprensa tem anunciado, os senadores não são os "vilões" das reformas. "Nós estamos trabalhando e produzindo, queremos um Brasil melhor, uma sociedade mais feliz e mais estabilizada", disse.

Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Magalhães solidarizou-se em nome da Mesa com as palavras de Romeu Tuma.

Ademir quer manter delegacia do Banco Central em Belém

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou ontem contra proposta de extinção da Delegacia do Banco Central em Belém. "A ausência de uma representação com delegação de poderes do Banco Central na Amazônia provocará perdas irreparáveis para a região nos campos político, social e econômico", disse.

Ademir Andrade

A extinção da delegacia, segundo Ademir, privará o cidadão da possibilidade de resolver, de forma eficiente e personalizada, seus problemas junto à rede bancária. Ele citou outras "conseqüências danosas" do possível fechamento da representação, tais como a perda de eficácia na fiscalização de instituições financeiras da região; o avanço das atividades marginais; e a inibição dos níveis de investimentos na região.

Ademir informou que o Banco Central contratara empresa de consultoria para elaborar a reestruturação da instituição. "Depois de todo o esforço realizado e de todos os recursos despendidos, o banco resolveu deixar de lado as recomendações da consultoria e apresentou um projeto criado por sua própria diretoria".

Dutra prevê corte de pessoal na Vale, apesar dos lucros

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), leu ontem nota assinada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Espírito Santo e Minas Gerais e outros sindicatos que integram a Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce. Conforme o documento, a Vale só aceita conceder aumento salarial de 3%, quando a inflação dos 12 meses anteriores foi de 8,11%.

Na opinião de Dutra, o custo de pessoal da Vale é alto, correspondendo ao porte da empresa, e, por isso, haverá cortes, apesar da lucratividade da empresa.

Dutra apóia funcionários da Vale

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ronaldo Cunha Lima e Ademir Andrade e pela senadora Júnia Marise